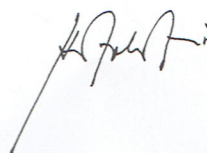
MINISTROS DA JUSTIÇA NA I REPÚBLICA

ROSTOS
LEGADOS

AFONSO AUGUSTO DA COSTA
BERNARDINO LUÍS MACHADO GUIMARÃES
DIOGO TAVARES DE MELO LEOTE
ANTÓNIO CAETANO MACIEIRA JÚNIOR
FRANCISCO CORREIA DE LEMOS
ÁLVARO XAVIER DE CASTRO
MANUEL JOAQUIM RODRIGUES MONTEIRO
EDUARDO AUGUSTO DE SOUSA MONTEIRO
AUGUSTO LUÍS VIEIRA SOARES
JOSÉ MARIA VILHENA BARBOSA DE MAGALHÃES
JOAQUIM PEREIRA PIMENTA DE CASTRO
GUILHERME ALVES MOREIRA
PAULO JOSÉ FALCÃO
JOÃO CATANHO DE MENESES
LUÍS AUGUSTO DE SALES PINTO MESQUITA DE CARVALHO
ALEXANDRE BRAGA
ALBERTO MOURA PINTO
MARTINHO NOBRE DE MELO
ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO
JORGE COUCEIRO DA COSTA
AFONSO DE MELO PINTO VELOSO
FRANCISCO JOAQUIM FERNANDES
FRANCISCO MANUEL COUCEIRO DA COSTA
ANTÓNIO JOAQUIM GRANJO
ARTUR ALBERTO DA CUNHA CAMACHO LOPES CARDOSO
JOSÉ RAMOS PRETO
ANTÓNIO DE OLIVEIRA E CASTRO
JOSÉ DO VALE DE MATOS CID
RAUL LELLO PORTELA
VASCO GUEDES DE VASCONCELOS
ANTÓNIO AUGUSTO DE ALMEIDA AREZ
ANTÓNIO DE ABRANCHES FERRÃO
VASCO BORGES
JOSÉ DOMINGUES DOS SANTOS
PEDRO AUGUSTO PEREIRA DE CASTRO
ADOLFO AUGUSTO DE OLIVEIRA COUTINHO
AUGUSTO CASIMIRO ALVES MONTEIRO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MINISTROS
ROSTOS
DA JUSTIÇA
LEGADOS
NA I REPÚBLICA

A República foi um regime de esperança que deu aos portugueses a consciência de um autogoverno regenerado, aberto, democrático.
Os Ministros da Justiça da República tiveram, desde o seu advento, um papel relevante na consagração do novo Estado que erigiu a laicização da sociedade e da cultura como peça essencial de uma matriz constitucional garante da liberdade e da igualdade política e civil.
É o primeiro Ministro da Justiça da República, Afonso Costa, quem vai protagonizar, entre muitas outras, a iniciativa legislativa que laicizou o registo civil, contrariando o monopólio do registo eclesiástico, dos nascimentos (baptizados), casamentos e mortes, por essa via, marcando o tema da soberania nacional como fonte originária do poder societário.
As leis da República, informadas por uma particular ética civilizacional, representaram um corte com os privilégios nobiliárquicos da Monarquia, reivindicando direitos e garantias individuais, a separação da Igreja e do Estado, a afirmação da educação para a cidadania como via do desenvolvimento e a democracia parlamentar.
A ideia da República como "uma necessidade de ordem moral" procurou um Estado forte pela autoridade legal, não omnipresente, mas buscando um ideal utópico de liberdade, igualdade e fraternidade, muitas vezes distanciado de realizações práticas.
O percurso e a acção dos diversos Ministros da Justiça da República oferecem um roteiro impressivo da construção do Estado de Direito em Portugal, e das suas vicissitudes, a partir de um dos seus lugares mais singulares na construção do edifício normativo e institucional.
Ao divulgar os rostos e o legado desses ministros e ao publicitar a sua obra, sob a forma de exposição e de Biblioteca Digital na Internet, o Ministério da Justiça associa-se às Comemorações do Centenário da República e ajuda a lançar luz sobre a história da modernização da Justiça que lhe cabe, hoje, assegurar.

O Ministro da Justiça

MINISTROS DA JUSTIÇA NA I REPÚBLICA
ROSTOS LEGADOS

Inserida nas comemorações do Centenário da República, a exposição MINISTROS DA JUSTIÇA NA I REPÚBLICA **ROSTOS E LEGADOS** visa evocar a memória histórica de protagonistas decisivos da luta travada entre 1910 e 1926 em prol de reformas tendentes a modernizar o Direito e a administração da Justiça.

Na sua versão electrónica, acessível através da Internet e recorrendo a ferramentas da Web 2.0, a exposição não se limita a facultar o acesso a uma breve biografia e resenha da obra de cada ministro. Divulga-se, de forma integral e em fac-símile, o texto de centenas de diplomas legais, até agora de difícil consulta. Foram também digitalizadas numerosas obras impressas relacionadas com a administração da justiça e a história das instituições judiciárias na I República, incluindo peças doutrinárias, iniciativas legislativas não aprovadas e diversos documentos que testemunham o impacto social e mediático das reformas. São também facultadas aos visitantes de qualquer ponto do mundo fotos, vídeos e, até, algumas ferramentas inovadoras de pesquisa de informação.

No percurso físico criado no ESPAÇO JUSTIÇA, na sede do Ministério, o visitante é convidado a percorrer uma galeria de retratos e a consultar electronicamente informação adicional. A recolha iconográfica a que se procedeu retira do esquecimento essas personalidades que entraram na história do Ministério da Justiça e da República. Deliberadamente, os ministros não surgem em sucessão cronológica indiferenciada, mas antes, apelando à reflexão sobre o quadro político em que o cargo foi exercido, sublinhando a natureza política do jurídico, agrupados por três épocas.

GOVERNO PROVISÓRIO MOMENTO REVOLUCIONÁRIO

1910 | 1911

Em poucos meses, graças à acção do Governo Provisório e às mudanças aprovadas pela Assembleia Nacional Constituinte eleita em 20.05.1911, as traves mestras da Monarquia Constitucional foram abolidas e o novo regime viu consagrado o seu bilhete de identidade constitucional.

Sob a direcção de Afonso Costa, o Ministério da Justiça impulsionou, de forma célere e metódica, os decretos que consagraram algumas das mais importantes reformas legislativas da I República: estabelecimento do Divórcio, Separação do Estado das Igrejas, criação do registo civil obrigatório, novo regime de naturalização, casamento como contrato civil e protecção dos filhos, legislação sobre imprensa, direito sucessório, inquilinato. Os decretos de 1 de Janeiro e 27 de Maio de 1911 determinaram providências relativas à "protecção de menores em perigo moral, pervertidos ou delinquentes", criando tutorias de infância e instituições de protecção.

Uma amnistia geral contemplou os crimes contra a religião, a segurança do Estado, a desobediência, o uso de armas proibidas, as greves de operários, os *lock-outs* do patronato, entre outros, declarando beneméritos da pátria todos os que haviam lutado para estabelecer a República. Foram repostas em vigor a legislação pombalina de 3 de Setembro de 1759 e de 28 de Agosto de 1767 sobre a expulsão dos jesuítas e a legislação de 28 de Maio de 1834 que extinguiu as casas religiosas e todas as ordens regulares. Suprimiu-se o ensino da doutrina cristã nas escolas primárias, substituindo-a pela educação cívica, foi assegurada a estatização dos bens do clero e definido o regime das associações religiosas.

A Procuradoria-Geral da Coroa e da Fazenda deu lugar à Procuradoria-Geral da República, o Código de Justiça Militar foi alterado, o Código Administrativo de 1878 foi reposto parcialmente em vigor, o Tribunal de Contas sofreu uma reforma institucional.

DOS PRIMEIROS SUCESSOS E PRIMEIRAS DESILUSÕES À REPÚBLICA EM GUERRA

1912 | 1918

Tendo conseguido derrotar as incursões monárquicas de 5.10.1911 e 6.07.1912, a República enfrentou duras dificuldades no combate ao arcaísmo social e ao atraso económico.
O embate com a realidade, fortíssimo, levou à divisão de opiniões e de facções da qual resultaram, por um lado, a orientação democrática do histórico Partido Republicano Português (Afonso Costa) e, por outro, a organização dos partidos Evolucionista (António José de Almeida) e Unionista (Brito Camacho).
Muitos e breves Governos foram chamados a enfrentar problemas estruturais, alguns com fundas raízes históricas: o desenvolvimento económico, o crónico défice orçamental, a miséria social e a instabilidade laboral.
A eclosão da I Guerra Mundial roubou à República o tempo para acudir aos problemas do fomento e do emprego e agravou drasticamente a conflitualidade política e social. A normalidade constitucional foi abalada por interrupções ditatoriais (Pimenta de Castro - 28.01.1915-14.05.1915; Sidónio Pais - 5.12.1917-14.12.1918).

A INCONSUMADA REFUNDAÇÃO DA REPÚBLICA

1918 | 1926

Findo o Sidonismo, foram levadas a cabo, sem êxito, sucessivas tentativas de retorno ao espírito da fundação do regime. A "nova República velha" veio, contudo, a ser a antecâmara da ditadura.

Sob dificuldades económicas e sociais muito graves, o Partido Democrático – que as oposições designavam de "partido único" –, principal sustentáculo do poder constitucional, cindiu-se em várias tendências e revelou-se incapaz de reformar o sistema. Estando no poder, não lograva governar. A direita conservadora e nacionalista foi incapaz de apresentar uma solução governativa estável e verdadeiramente alternativa. Acompanhada por outros sectores, passou então a defender um interregno ditatorial, findo o qual a República "regressaria à normalidade constitucional".

Em 28 de Maio de 1926, foi consumado esse interregno, que veio a durar quase meio século.

Entre as realizações republicanas contam-se, além das já mencionadas, a emissão dos primeiros bilhetes de identidade obrigatórios para a função pública (1919), o Arquivo de Identificação (1918) e a fundação do Distrito Judicial de Coimbra (1918). Foi, todavia, limitada a acção reformadora da organização judiciária, que continuou a regular-se substancialmente pela "Novíssima Reforma Judiciária", "esfrangalhada, remendada, cerzida, acrescentada por uma infinidade de diplomas posteriores", na descrição do Ministro Barbosa de Magalhães.

A orgânica ministerial sofreu, pelo menos, duas reformas de vulto. O Decreto n.º 1105, de 26.11.1914, do Ministro Sousa Monteiro, reorganizou a "Secretaria de Estado" do Ministério e estabeleceu na Direcção-Geral da Justiça e dos Cultos uma "Repartição de Registo Civil [e do] Notariado". Seguiu-se outra importante reforma, contida no Decreto n.º 5021, de 29.11.1918.

O LEGADO

Tendo herdado da Monarquia a Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, a República transformou-a em Ministério da Justiça (Decreto de 8.10.1910).
Muito influente desde a sua criação pelas Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes (através da Carta de Lei de 28.08.1821, que autonomizou relevantes competências até então exercidas pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reyno), o Ministério foi variando a designação sem alterar a relevância.
A República não só confirmou o papel central da pasta da Justiça como, em momentos-chave, teve nela o centro fundamental de preparação e execução de reformas decisivas.
A instabilidade governativa típica do ciclo histórico encetado com o 5 de Outubro pesou fortemente no sector da Justiça.
Entre 5 de Outubro de 1910 e Maio de 1926, houve mais de quarenta nomeações e 37 Ministros.

ENTRE 1910 E 1926

Profundamente afectada pela substituição vertiginosa dos decisores, a resposta aos problemas estruturais do sector da Justiça foi também muito perturbada pela penúria de recursos e pelos atritos entre o executivo e as magistraturas.

As biografias disponibilizadas no catálogo em suporte tradicional são completadas, na edição electrónica, por textos de análise, hiperligações e documentos que permitem ampliar as fontes de informação sobre a acção governativa e o respectivo contexto político.

Finda a visita, o visitante poderá retirar as suas conclusões sobre a herança cívica, democrática e cultural deixada aos vindouros pelos pioneiros republicanos e reflectir sobre as reformas necessárias para dar resposta aos desafios da Justiça do século XXI.

Só dois ministros (Álvaro de Castro e Mesquita de Carvalho) puderam exercer funções por mais de doze meses, sem hiatos.

Catanho de Meneses, que exerceu o cargo diversas vezes e foi o último titular, averbou a mais longa permanência no Ministério, seguindo-se Lopes Cardoso e Abranches Ferrão.

Apurando a contagem da duração dos mandatos, os resultados evidenciam bem o extremo défice de estabilidade governativa: **Afonso Costa** (5 meses e 9 dias + 1 mês e 8 dias), **Bernardino Machado** (1 mês), **Melo Leote** (2 meses e 10 dias), **António Macieira Júnior** (7 meses e 5 dias), **Francisco Correia de Lemos** (6 meses e 25 dias), **Álvaro de Castro** (1 ano, 1 mês e 1 dia), **Rodrigues Monteiro** (4 meses e 15 dias), **Eduardo Sousa Monteiro** (4 meses e 21 dias), **Augusto Soares** (10 dias), **Barbosa de Magalhães** (1 mês e 4 dias + 14 dias), **Pimenta de Castro** (4 dias), **Guilherme Moreira** (3 meses e 21 dias), **Paulo José Falcão** (1 mês e 5 dias), **Catanho de Meneses** (8 meses e 26 dias + 9 meses e 22 dias + 4 meses e 17 dias + 5 meses e 16 dias), **Mesquita de Carvalho** (1 ano, 1 mês e 11 dias), **Alexandre Braga** (meses e 11 dias), **Moura Pinto** (2 meses e 25 dias), **Nobre de Melo** (2 meses e 9 dias), **Osório de Castro** (4 meses e 25 dias), **Couceiro da Costa** (2 meses e 15 dias), **Pinto Veloso** (16 dias), **Francisco Fernandes** (21 dias), **F. Couceiro da Costa** (2 meses e 4 dias), **António Granjo** (3 meses), **Lopes Cardoso** (6 meses e 24 dias + 4 meses e 2 dias + 11 dias + 3 meses e 3 dias + 2 meses e 2 dias + 1 mês e 4 dias), **Ramos Preto** (3 meses e 19 dias), **Oliveira e Castro** (24 dias), **Matos Cid** (3 meses e 8 dias), **Lello Portela** (1 mês e 20 dias), **Guedes de Vasconcelos** (1 mês e 8 dias), **António Almeida Arez** (15 dias), **Abranches Ferrão** (1 mês e 22 dias + 11 meses e 9 dias), **Vasco Borges** (9 meses e 18 dias), **Domingues dos Santos** (6 meses e 19 dias), **Pereira de Castro** (2 meses e 15 dias), **Oliveira Coutinho** (4 meses e 17 dias), **Alves Monteiro** (1 mês e 1 dia).

AFONSO COSTA

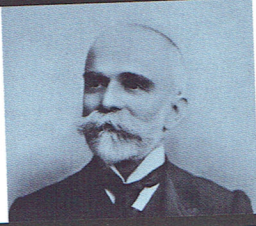
5 DE OUTUBRO DE 1910 | 14 DE MARÇO DE 1911
26 DE JULHO DE 1911 | 3 DE SETEMBRO DE 1911

Afonso Augusto da Costa nasceu em Seia a 6 de Março de 1871 e faleceu em Paris a 11 de Maio de 1937. Doutor em Direito, foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo exercido actividade docente na Escola Politécnica de Lisboa. Sendo Presidente do Ministério, fundou a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, da qual viria a ser o primeiro director.

Advogado, parlamentar, dirigente do Partido Republicano Português, foi chefe de Governo (1913-1914; 1915-1916; 1917) e Ministro das Finanças. Representou Portugal na Conferência de Paz e na Sociedade das Nações.

Foi Ministro da Justiça do Governo Provisório presidido por Teófilo Braga. Autor de obra jurídica relevante, deixou o seu nome associado aos principais diplomas publicados pelo Ministério nessa conjuntura: a Lei do Inquilinato, a Lei do Registo Civil, a Lei da Separação do Estado das Igrejas, a Lei de Imprensa, a Lei do Divórcio e a legislação sobre casamento, família e protecção de menores.

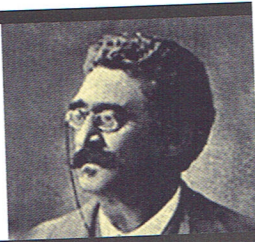
Empenhou-se na adopção de medidas destinadas a garantir a observância da legislação do Ministério da Justiça, intervindo pessoalmente em diligências e determinando rigorosas inspecções aos serviços sob sua tutela. Embora no mandato de Afonso Costa a Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça tenha passado a designar-se Ministério da Justiça, não foram eliminadas as suas competências em matéria religiosa, tendo mesmo ocorrido a sua ampliação por força da Lei da Separação.

BERNARDINO MACHADO

14 DE MARÇO DE 1911 | 26 JULHO DE 1911 INTERINO
23 DE JUNHO DE 1914 | 23 DE JULHO DE 1914 INTERINO

Bernardino Luís Machado Guimarães nasceu no Rio de Janeiro a 28 de Março de 1851 e morreu no Porto a 29 de Abril de 1944. Doutor em Ciências (Filosofia Natural) pela Universidade de Coimbra, onde foi professor. Autor de vasta obra académica, científica e de combate político-social. Deputado, Ministro da Coroa, aderiu à causa republicana antes de 1910.

Após o 5 de Outubro, desempenhou funções como Ministro dos Negócios Estrangeiros (1910-1911), deputado, embaixador (1913), Ministro do Interior (1914; 1921) e Chefe de Governo (1914; 1921). Presidente da República por duas vezes (1915-1917; 1925-1926), viu o segundo mandato interrompido pelo 28 de Maio.

Tendo substituído interinamente o Ministro da Justiça Afonso Costa, procurou apaziguar as relações institucionais entre o Ministério e a judicatura, agitadas pela decisão de transferir para fora do Continente vários desembargadores da Relação de Lisboa. Similar esforço desenvolveu no domínio da política de cultos.

MELO LEOTE

3 DE SETEMBRO DE 1911 | 12 DE NOVEMBRO DE 1911

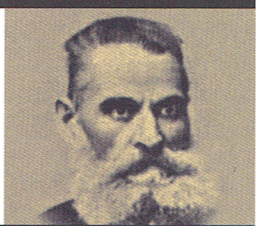
Diogo Tavares de Melo Leote nasceu em Albufeira a 7 de Janeiro de 1849 e faleceu na cidade do Porto a 8 de Março de 1920. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, fez carreira na magistratura. Na sequência da implantação da República, foi chamado por Afonso Costa a colaborar com o Ministério da Justiça.

Assumiu a pasta da Justiça do primeiro Governo Constitucional, presidido por João Chagas. Identificado com as directivas definidas pelo Governo Provisório em matéria de cultos [Justiça], coube-lhe garantir a entrada em funcionamento da Tutoria da Infância de Lisboa, a criação do Tribunal das Trinas, que julgou crimes contra a República, e os serviços de mensuração antropométrica dos detidos nas cadeias de Coimbra.

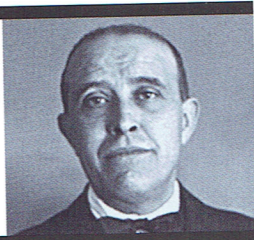
ANTÓNIO MACIEIRA JÚNIOR

12 DE NOVEMBRO DE 1911 | 16 DE JUNHO DE 1912

António Caetano Macieira Júnior nasceu em Lisboa a 5 de Janeiro de 1875 e morreu a 29 de Dezembro de 1918.
Formado em Direito na Universidade de Coimbra, foi advogado, militante republicano, Ministro da Justiça e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo presidido por Afonso Costa (1913-1914). Integrou a comissão destinada promover a criação da Ordem dos Advogados (1913).
Foi titular da Justiça no segundo Governo Constitucional, presidido por Augusto de Vasconcelos. O seu mandato ficou marcado por medidas de combate aos opositores da Lei da Separação e da laicização da Administração Pública, identificando-se inteiramente com o legado de Afonso Costa no sector. Publicou os decretos de destituição dos prelados diocesanos e as leis de repressão de crimes contra as instituições vigentes e de concessão de amnistia a presos por implicação em greves. Determinou a entrada em funcionamento da Tutoria da Infância do Porto. Nomeou comissões para a revisão e publicação da legislação sobre o arrendamento de prédios urbanos, elaboração de um novo Código de Processo Penal e reforma do Código Comercial.

FRANCISCO CORREIA DE LEMOS

16 DE JUNHO DE 1912 | 9 DE JANEIRO DE 1913

Francisco Correia de Lemos nasceu no Gavião em 1852 e faleceu em Oliveira de Azeméis a 2 de Março de 1914.
Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi magistrado do Ministério Público e juiz de Direito. Logo após o 5 de Outubro, assumiu o cargo de Procurador da República junto da Relação do Porto. Assumiu a pasta da Justiça no Governo presidido por Duarte Leite, num período marcado pelas incursões monárquicas. Durante o seu mandato, entrou em funcionamento o Conselho Superior da Magistratura Judicial. Promoveu medidas legislativas de repressão dos crimes de propaganda subversiva, sobre a "mendicidade e vadiagem", alterou o Código do Registo Civil, tendo determinado a criação de uma colónia penal agrícola. Decretou ainda a incorporação dos fundos findos do Notariado e dos Tribunais de Lisboa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e aprovou os modelos de boletins do Registo Civil. Nomeou comissões para o estudo da Reforma Penal e dos serviços prisionais e para a criação da Ordem dos Advogados, que não pôde concretizar.

ÁLVARO DE CASTRO

9 DE JANEIRO DE 1913 | 9 DE FEVEREIRO DE 1914

Álvaro Xavier de Castro nasceu na Guarda a 9 de Novembro de 1878, filho do político José de Castro, e faleceu em Coimbra a 29 de Junho de 1928. Oficial do Exército, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Apoiou a causa republicana antes de 1910.

Foi Ministro da Justiça do Gabinete presidido por Afonso Costa (1913-1914), Ministro das Finanças (1914; 1923-1924), Governador-Geral de Moçambique (1915-1918), Ministro das Colónias (1920), Ministro do Interior (1920), Ministro da Guerra (1921) e, por duas vezes, Presidente do Ministério (1920; 1923-1924).

Durante o seu mandato, a 19 de Junho de 1913, Portugal formalizou o corte de relações com a Santa Sé. Deu corpo à Comissão de Reforma Penal e Prisional encarregada de efectuar a revisão do regime penitenciário filadelfiano e da elaboração de um Código Penal e de um Código de Processo Penal. Tentou concretizar a reforma da organização judiciária, já projectada por Afonso Costa e determinada pela Constituição de 1911. Regulou o regime de expropriações por utilidade pública e impulsionou a reforma dos Serviços Médico-Legais.

RODRIGUES MONTEIRO

9 DE FEVEREIRO DE 1914 | 23 DE JUNHO DE 1914

Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro nasceu em Braga a 29 de Setembro de 1879 e faleceu na mesma cidade a 18 de Janeiro de 1952. Bacharel em Direito, desempenhou funções como governador civil de Braga, vogal do Supremo Tribunal Administrativo, deputado, presidente da Câmara dos Deputados e juiz nos Tribunais Mistos do Egipto (1921-1940).

Ocupou a pasta da Justiça no Governo presidido por Bernardino Machado, tendo redigido e apresentando à Assembleia o polémico projecto de Lei da Amnistia de 1914. Em 23 de Junho, abandonou o cargo, o qual foi assegurado interinamente por Bernardino Machado até 22 de Julho.

EDUARDO DE SOUSA MONTEIRO

22 DE JULHO DE 1914 | 12 DE DEZEMBRO DE 1914

Eduardo Augusto de Sousa Monteiro nasceu em Veiga de Sátão a 1 de Março de 1864 e faleceu em 1965. Bacharel em Direito, desempenhou funções como administrador do Concelho de Sátão e magistrado judicial. Fez carreira nos tribunais superiores de Angola e Moçambique. Presidiu à Relação de Lisboa por duas vezes (1922; 1927-1929) e ao Supremo Tribunal de Justiça (1929-1934).

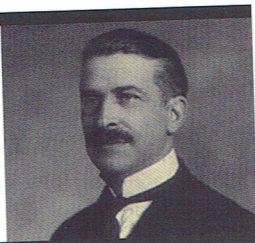
Ministro da Justiça do Governo presidido por Bernardino Machado, foi durante o seu mandato que se reabriu no Parlamento a discussão sobre a reforma da Lei de Separação do Estado das Igrejas. Modificou a designação das penitenciárias de Lisboa e de Coimbra. Publicou disposições sobre o traje profissional e insígnias dos magistrados nos actos públicos. Foi responsável pela primeira reforma orgânica do Ministério da Justiça após o 5 de Outubro.

AUGUSTO SOARES

12 DE DEZEMBRO DE 1914 | 21 DE DEZEMBRO DE 1914 INTERINO

Augusto Luís Vieira Soares nasceu em Braga a 5 de Outubro de 1873 e faleceu em Vizela a 7 de Julho de 1954. Bacharel em Direito. Foi advogado, magistrado, deputado, secretário-geral da Presidência da República (1915), presidente do Banco Industrial Português (1920-1925) e administrador da Caixa Geral de Depósitos.

Ministro dos Negócios Estrangeiros nos governos presididos por Victor Hugo de Azevedo Coutinho (1914-1915), António José de Almeida (1916-1917) e Afonso Costa (1917), coube-lhe receber a declaração de guerra da Alemanha a Portugal. Ocupou interinamente a pasta da Justiça no Governo presidido por Victor Hugo de Azevedo Coutinho, antes de Barbosa de Magalhães assumir o cargo.

BARBOSA DE MAGALHÃES

21 DE DEZEMBRO DE 1914 | 25 DE JANEIRO DE 1915
28 DE NOVEMBRO DE 1917 | 8 DE DEZEMBRO DE 1917 INTERINO

José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães nasceu em Aveiro a 31 de Outubro de 1879 e faleceu em Lisboa a 5 de Abril de 1959. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, dedicou-se à advocacia. Foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1914-1941) e leccionou na Academia Internacional de Haia.

Militante republicano, foi eleito deputado à Constituinte de 1911, tendo ulteriormente exercido o mandato parlamentar em várias legislaturas. Em 1911, foi nomeado chefe de repartição do Ministério da Justiça, por Afonso Costa, de quem já era um dos mais próximos colaboradores. Foi Ministro da Justiça do Governo presidido por Victor Hugo de Azevedo Coutinho (1914-1915), Ministro da Justiça Interino do último Governo de Afonso Costa (1917), Ministro da Instrução Pública (1917) e Ministro dos Negócios Estrangeiros (1922).

Representou Portugal na arbitragem com a Alemanha para a fixação das indemnizações devidas aos países aliados pelos prejuízos causados durante a I Guerra Mundial. Foi ainda Delegado de Portugal na I Conferência para a Codificação do Direito Internacional (Haia, 1930), membro da Comissão de Técnicos da Sociedade das Nações para a Codificação Progressiva do Direito Internacional e da Comissão Portuguesa do Direito Marítimo Internacional.

Presidente da Comissão Portuguesa do Instituto do Direito Comparado Hispano-Português-Americano, membro do Conselho Director da Comissão Internacional da Rádio-Electricidade, presidente da Comissão Portuguesa da Academia Internacional de Direito Comparado e proprietário e director da *Gazeta da Relação de Lisboa*.

Em 1935, integrou a Comissão de Reforma do Código do Processo Civil. Seria afastado das funções de professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e aposentado compulsivamente por motivos políticos (1941).

PIMENTA DE CASTRO

25 DE JANEIRO DE 1915 | 28 DE JANEIRO DE 1915 INTERINO

Joaquim Pereira Pimenta de Castro nasceu em Monção a 5 de Novembro de 1846 e faleceu em Lisboa a 15 de Maio de 1918. Militar de carreira, assumiu a pasta da Guerra em 1914 e ascendeu à presidência de Governo a 25 de Janeiro de 1915. Exerceu a pasta da Justiça interinamente, enquanto não tomou posse Guilherme Alves Moreira

GUILHERME MOREIRA

28 DE JANEIRO DE 1915 | 15 DE MAIO DE 1915

Guilherme Alves Moreira nasceu em Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira, a 21 de Março de 1861 e morreu em Coimbra a 19 de Agosto de 1922. Doutorou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, de que veio a ser professor e reitor. Republicano desde os anos de estudante, pertenceu à comissão que transformou o Clube Académico de Coimbra na Associação Académica de Coimbra.

Entre a sua obra jurídica, destaca-se o clássico *Instituições do Direito Civil Português* (1.ª ed., 1907). No seu breve mandato, no Governo de ditadura de Pimenta de Castro, caucionou com a sua autoridade de republicano histórico e prestigiado jurista a suspensão da normalidade constitucional. Procurou resolver o problema da sobrelotação das cadeias através da "regulamentação do trabalho prisional de vadios" em prédios do Ministério da Justiça, e no domínio dos cultos preconizou novas directrizes quanto à constituição de cultuais.

PAULO JOSÉ FALCÃO

15 DE MAIO DE 1915 | 19 DE JUNHO DE 1915

Paulo José Falcão nasceu em Coimbra a 18 de Fevereiro de 1873, filho do político republicano e matemático José Falcão, e faleceu a 20 de Dezembro de 1950. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, em 1893. Radicou-se em 1894 no Porto, cidade onde exerceu a advocacia. Militante da causa republicana desde o 31 de Janeiro de 1891, manteve ligação ao Partido Republicano. Eleito deputado na legislatura de 1900, afirmou-se como parlamentar no combate à Monarquia.

Com o 5 de Outubro, assumiu o Governo Civil do Porto e foi eleito deputado. Em 1915, sobraçou a pasta da Justiça no Ministério presidido por João Chagas. No seu breve mandato, determinou que a residência dos magistrados fosse na sede do local do tribunal onde exerciam funções e autorizou a incorporação dos livros dos registos paroquiais com mais de cem anos nos arquivos nacionais.

Com a queda do Governo, regressou ao Porto, tendo-se dedicado à advocacia.

CATANHO DE MENESES

19 DE JUNHO DE 1915 | 29 DE NOVEMBRO DE 1915
29 DE NOVEMBRO DE 1915 | 15 DE MARÇO DE 1916
6 DE FEVEREIRO DE 1922 | 30 DE NOVEMBRO DE 1922
30 DE NOVEMBRO DE 1922 | 7 DE DEZEMBRO DE 1922
6 DE JULHO DE 1924 | 22 DE NOVEMBRO DE 1924
17 DE DEZEMBRO DE 1925 | 30 MAIO DE 1926

João Catanho de Meneses nasceu na freguesia do Faial, na ilha da Madeira, a 17 de Março de 1854 e faleceu em Mafra a 16 de Maio de 1942. Concluiu o curso de Direito em Coimbra, passando a exercer a advocacia em Lisboa.

Filiado no Partido Progressista, na recta final da Monarquia foi deputado pela Madeira, entre 1890 e 1905. Membro do Partido Republicano, foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1914-1915) e deputado e senador em várias legislaturas.

Sobraçou a pasta da Justiça nos governos presididos por José de Castro (15.06.1915-15. 3.1916), Afonso Costa (29.11.1915-15.03.1916), António Maria da Silva (6.02.1922-30.11.1922 e de 30.11.1922-7.12.1922), Alfredo Rodrigues Gaspar (6.07.1924-22.11.1924) e António Maria da Silva (17.12.1925-30.05.1926).

No primeiro mandato, pugnou pela criação dos Serviços Administrativos e de Inspecção-Geral das Prisões, abertura da Colónia Penal Agrícola de Sintra e instalação da Cadeia do Forte de Monsanto. Determinou a colocação de efígies da República nos tribunais judiciais. No segundo mandato, clarificou que a gestão da profissão de carcereiro era da responsabilidade dos municípios e redigiu o Relatório e projecto de lei sobre Organização Judiciária, apresentado na Câmara dos Deputados. No terceiro mandato, actualiza os emolumentos e salários judiciais, cria os Cofres dos notários e funcionários de justiça e aprova o novo regulamento do Registo Predial. No quinto mandato, publica a Organização Disciplinar Judiciária e o regulamento do Conselho Superior Judiciário. No último mandato, mandou instalar o Reformatório Masculino da Quinta da Mitra, Guarda, e a Tutoria Central da Infância de Coimbra e Refúgio Anexo.

Promoveu ainda legislação relativa ao Inquilinato Civil e Comercial. Estando em funções antes de se iniciar o julgamento dos implicados no chamado Caso Angola e Metrópole, apresentou uma proposta de lei que consagrou a constituição do júri exclusivamente por magistrados.

Ministro do último Governo da Primeira República presidido por António Maria da Silva, voltou à advocacia e assumiu a presidência do Conselho Superior Disciplinar e de Bastonário da Ordem dos Advogados.

MESQUITA DE CARVALHO

15 DE MARÇO DE 1916 | 25 DE ABRIL DE 1917
15 DE JANEIRO DE 1920 | 15 DE JANEIRO DE 1920
21 DE JANEIRO DE 1920 | 8 DE MARÇO DE 1920

Luís Augusto de Sales Pinto Mesquita de Carvalho nas
cidade do Porto a 8 de Julho de 1868 e faleceu em 1931. B
em Direito pela Universidade de Coimbra, dedicou-se à a
cia e ao notariado. Teve cartório de notário em Santa M
Feira e em Vila do Conde.
Militou no Partido Evolucionista e no Partido Liberal. Foi de
em diversas legislaturas. Assumiu a pasta da Justiça no G
da "União Sagrada" formado por motivo da I Guerra M
Preso em 1918, retomou o mandato parlamentar em 1919
novo chamado à pasta da Justiça no Governo de Francis
Fernandes Costa (1920), mas não chegou a tomar pos
Governo de Domingos Leite Pereira (21.01.1920-8.03.1920
Juiz e presidente do Supremo Tribunal Administrativo.
No primeiro mandato de Mesquita de Carvalho, foi estab
o regime de censura preventiva sobre a imprensa no qu
I Guerra Mundial. Reformou os serviços de Identificaçã
tística Criminal de Lisboa. Determinou que o *Ementário*
fosse substituído pelo *Boletim Oficial* do Ministério da J

ALEXANDRE BRAGA

25 DE ABRIL DE 1917 | 28 DE NOVEMBRO DE 1917

Alexandre Braga nasceu no Porto em 1871 e morreu em L
de Abril de 1921. Era filho do advogado, escritor, poeta e
do mesmo nome. Formou-se na Universidade de Coim
advogado no Porto. Em 1899, radicou-se em Lisboa.
Militando, como seu pai, na política republicana, tomou p
va na propaganda e impôs-se pelas suas qualidades de o
Foi, pela primeira vez, deputado na legislatura de 190
também de 1908-1910. Eleito para a Assembleia Con
coube-lhe responder à mensagem que aí foi apresent
Governo Provisório.
Assumiu a pasta do Interior em 1914. Sobraçou a pasta d
no último Governo de Afonso Costa. Depois do triunfo
de Sidónio Pais, afastou-se da política, em cuja arena re
para tomar parte no congresso do Partido Republica
guês, no Porto, em Dezembro de 1920.
Durante o seu mandato, foi publicado o diploma que es
as formalidades a observar quando o Presidente da
fosse indicado como testemunha em qualquer process

MOURA PINTO

11 DE DEZEMBRO DE 1917 | 7 DE MARÇO DE 1918

Alberto Moura Pinto nasceu em Coimbra a 5 de Abril de 1883 e faleceu em Coja a 11 de Março de 1960. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Em 1908, exerceu o cargo de administrador do Concelho de Arganil e, em 1909, foi nomeado delegado do Procurador Régio da comarca de Miranda do Douro. Em 1910, foi transferido para idêntico cargo na comarca de S. João da Pesqueira.

Entregando-se à propaganda republicana, fez parte da Junta Central Revolucionária de Coimbra.

Após o advento da República, voltou à administração do concelho de Arganil. Também exerceu funções de delegado do Procurador da República em Mangualde e Leiria. Nos anos de 1911, 1915 e 1921, foi deputado por Arganil.

Na ditadura de Sidónio Pais, sobraçou a pasta da Justiça. No exercício do cargo, procedeu à actualização dos salários dos magistrados, conservadores, notários e funcionários judiciais e fez introduzir significativas alterações à Lei de Separação do Estado das Igrejas.

Após o 28 de Maio, exilou-se por longos anos e desempenhou papel de relevo na oposição à ditadura.

NOBRE DE MELO

7 DE MARÇO DE 1918 | 15 DE MAIO DE 1918

Martinho Nobre de Melo nasceu em Santo Antão, Cabo Verde, a 24 de Dezembro de 1891 e faleceu em Lisboa a 26 de Dezembro de 1985. Diplomata e professor de Direito da Universidade de Lisboa, foi Ministro da Justiça, juiz do Supremo Tribunal Administrativo (1918) e Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 1932, foi nomeado embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, tendo negociado o Tratado de Comércio e Navegação concluído entre Portugal e Brasil em 1933.

Enquanto titular da pasta da Justiça, garantiu a publicação das alterações à Lei de Separação do Estado das Igrejas e a restituição dos poderes cultuais ao clero. Criou a Cadeia Feminina das Mónicas, reformou a legislação do Registo Predial e restabeleceu o Conselho Superior do Notariado. Regulou a composição e funcionamento do Conselho Superior da Magistratura Judicial e revitalizou o Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público. Publicou, ainda, o diploma que criou o Tribunal da Relação de Coimbra e respectiva circunscrição territorial.

OSÓRIO DE CASTRO

15 DE MAIO DE 1918 | 8 DE OUTUBRO DE 1918

Alberto Osório de Castro nasceu em Coimbra a 1 de
1868 e morreu em Lisboa a 1 de Janeiro de 1946. Apó
são do curso de Direito na Universidade de Coimbra
Índia, em Moçâmedes e em Timor.
Ocupou os cargos de juiz da Relação de Luanda, juiz
de Lisboa (1913), juiz auditor do Corpo Expedicionári
(1917), conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (19
dente do Conselho Superior de Administração Públ
se demitiu por discordâncias com Oliveira Salazar. F
presidente do Conselho Superior Judiciário das Coló
presidente da Relação de Lisboa (1934).
Eleito senador, assumiu a pasta da Justiça no Govern
por Sidónio Pais. Promoveu o reatamento das relaçõ
ticas de Portugal com a Santa Sé e foi responsável p
ção do Tribunal da Relação de Coimbra.
Assegurou às vítimas de acidentes em transportes
reparação dos prejuízos sofridos, autorizou o exercí
fissões de advogada, ajudante de notário e ajudante
vador às mulheres formadas em Direito, dispôs sobre as
aos cartórios notariais, reformou os serviços do I
Medicina Legal de Lisboa e proporcionou os meios p
trução do edifício-sede. Criou uma comissão para o
do trabalho agrícola dos reclusos. Regulamentou o
Identificação e a emissão do Bilhete de Identidade.

COUCEIRO DA COSTA

8 DE OUTUBRO DE 1918 | 23 DE DEZEMBRO DE 1918

Jorge Couceiro da Costa nasceu em Vilarinho, freguesia de Cacia, a 20 de Março de 1858 e morreu no Porto a 7 de Junho de 1937. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, seguiu carreira na magistratura, tendo ascendido ao Supremo Tribunal de Justiça (1926).

Personalidade prestigiada no meio social portuense, evidenciou-se como literato, prosador e poeta. Aderiu ao Partido Centrista Republicano. Durante a última fase do Governo de Sidónio Pais, sobraçou a pasta da Justiça.

No seu curto mandato, foi publicada a nova organização da Secretaria de Estado da Justiça e foram modernizados os Serviços Médico-Legais de Lisboa, Coimbra e Porto.

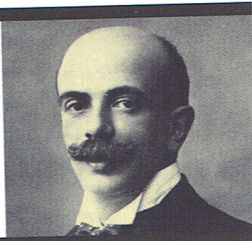
PINTO VELOSO

23 DE DEZEMBRO DE 1918 | 7 DE JANEIRO DE 1919

Afonso de Melo Pinto Veloso nasceu em Águeda a 9 de Outubro de 1878 e faleceu em Lisboa a 15 de Fevereiro de 1968. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, fez carreira como magistrado. Foi governador civil do Funchal em 1910 e auditor administrativo de Beja.

Eleito senador pelos sindicatos agrícolas (1917-1918), sobraçou a pasta da Justiça no Governo presidido pelo tenente-coronel João Tamagnini Barbosa, que se constituiu após o assassinato de Sidónio Pais. Foi ainda Ministro da Instrução Pública (1920) e desempenhou as funções de secretário do Conselho Superior de Magistratura Judicial.

Agente do Governo português junto do Tribunal Internacional de Haia, nas questões de reivindicações de bens propostos pelos governos da Grã-Bretanha, França, Espanha e Bélgica (1919-1920), manteve actividade como deputado desde 1920 a 1926, tendo desempenhado o cargo de vice-presidente da Câmara dos Deputados. Foi ainda juiz do Supremo Tribunal de Justiça (1933) e seu presidente (1947-1948), relator do Supremo Tribunal Militar e procurador à Câmara Corporativa/secção de Justiça.

FRANCISCO FERNANDES

7 DE JANEIRO DE 1919 | 27 DE JANEIRO DE 1919

Francisco Joaquim Fernandes nasceu em Santa Marinha (Vila Nova de Gaia) a 27 de Abril de 1869 e faleceu a 20 de Dezembro de 1923. Doutorou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde foi professor. Deputado nas legislaturas de 1901-1906, aderiu à dissidência monárquica encabeçada por José de Alpoim.

Por decreto de 18.09.1911, obteve exoneração do lugar de professor ordinário, dedicando-se, a partir dessa data, exclusivamente à advocacia, fixando residência no Porto.

Sendo deputado monárquico, em Janeiro de 1919 foi chamado à pasta da Justiça por João Tamagnini Barbosa, na sequência de pressões políticas apostadas em afastar Pinto Veloso e os dirigentes próximos da facção de Egas Moniz.

F. COUCEIRO DA COSTA

27 DE JANEIRO DE 1919 | 30 DE MARÇO DE 1919

Francisco Manuel Couceiro da Costa nasceu em Aveiro a 12 de Setembro de 1870 e morreu em Viena de Áustria a 21 de Abril de 1925. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, iniciou a sua carreira, primeiro, como conservador do Registo Predial e, depois, como delegado do Ministério Público e juiz de Direito, respectivamente em Cabo Verde, S. Tomé, Lourenço Marques e Margão.

Era juiz em Margão à data do 5 de Outubro. O Governo Provisório convidou-o para o lugar de governador-geral da Índia, que aceitou. De regresso à Metrópole, foi, por decreto de 24.06.191[illegible] nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Madrid. Por portaria de 13.02.1921, foi nomeado para exercer serviço temporário no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em Maio desse ano, foi transferido para a legação de Berlim como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, vendo as suas responsabilidades alargadas a Viena, em 1922. Foi, ainda, nomeado ministro junto dos governos da Hungria e da Checoslováquia, cargos que exercia à data do seu falecimento.

Membro do Partido Evolucionista, foi chamado à pasta da Justiça do Governo presidido por José Relvas. Tornou o Bilhete de Identidade obrigatório para todos os funcionários públicos de Lisboa e determinou que os magistrados do Ministério Público procedessem ao registo dos bens nacionalizados em 1910-1911.

ANTÓNIO GRANJO

30 DE MARÇO DE 1919 | 29 DE JUNHO DE 1919

António Joaquim Granjo nasceu em Chaves em 1881 e morreu em Lisboa a 19 de Outubro de 1921. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Foi um dos dirigentes da Greve Académica de 1907, de que deixou testemunho no livro *Vitória de uma Mocidade*. Nesse mesmo ano, fez parte do Comité Revolucionário de Trás-os-Montes e das Beiras, desenvolvendo intensa actividade em prol da causa republicana.

Eleito deputado em 1911, manteve-se no Parlamento após o trabalho constituinte. Foi funcionário do Registo Civil em Chaves. Durante a Grande Guerra esteve em França, servindo no Corpo Expedicionário Português como alferes miliciano, experiência que narrou no livro *A Grande Aventura*.

Assumiu diversas pastas ministeriais: Justiça no Governo de Domingos Leite Pereira (1919), Interior (1919-1920), Agricultura (1920) e, interinamente, Finanças (1920). Foi Presidente do Ministério entre 19 de Julho e 20 de Novembro de 1920, cargo que voltou a exercer de 30 de Agosto a 19 de Outubro de 1921.

Durante o seu mandato na pasta da Justiça, regulou o funcionamento da Colónia Penal Agrícola de Sintra, alterou a organização do Conselho Superior da Magistratura Judicial, abriu um crédito para a instalação do Tribunal da Relação de Coimbra, aprovou o Regulamento do Instituto de Medicina Legal do Porto e criou a Administração e Inspecção Autónoma do Serviço das Prisões e o Instituto de Criminologia. Abriu o acesso ao notariado às mulheres licenciadas em Direito. Assegurou ainda a criação da Inspecção-Geral dos Serviços de Protecção de Menores, a aprovação do Estatuto do Notariado, a derrogação das disposições legais que inibiam as mulheres, a publicação do quadro dos actos considerados violência sobre animais e o Regulamento do Instituto de Medicina Legal de Coimbra.

Foi tragicamente assassinado no Arsenal da Marinha, para onde fora levado pela "Camioneta-Fantasma", em 19 de Outubro de 1921.

LOPES CARDOSO

29 DE JUNHO DE 1919 | 15 DE JANEIRO DE 1920
15 DE JANEIRO DE 1920 | 21 DE JANEIRO DE 1920
19 DE JULHO DE 1920 | 20 DE NOVEMBRO DE 1920
20 DE NOVEMBRO DE 1920 | 30 DE NOVEMBRO DE 1920
30 DE NOVEMBRO DE 1920 | 2 DE MARÇO DE 1921
2 DE MARÇO DE 1921 | 23 DE MAIO DE 1921
15 DE NOVEMBRO DE 1923 | 18 DE DEZEMBRO DE 1923

Artur Alberto da Cunha Camacho Lopes Cardoso nasceu
Fafe a 17 de Janeiro de 1881 e faleceu em 1968. Bacharel
Direito pela Universidade de Coimbra, foi delegado do Pro
rador Régio, juiz de Direito, juiz auditor administrativo, juiz
Contencioso Fiscal junto da Alfândega de Lisboa, desembar
dor da Relação de Lisboa, conselheiro do Supremo Tribuna
Justiça (1934), inspector judicial e vogal do Conselho Supe
Judiciário.

Foi eleito deputado em 1915 e nas legislaturas de 1919, 1921, 1
e 1925. Integrou os directórios do Partido Reconstituint
Nacionalista e, com Sá Cardoso, José Barbosa, Júlio Dant
Ginestal Machado, pertenceu à comissão organizadora de
último partido.

Foi Ministro da Justiça nos ministérios presididos por Alfr
de Sá Cardoso (29 de Junho de 1919 a 15 de Janeiro de 1920;
21 de Janeiro de 1920), Ulteriormente, nas datas supra indica
foi Ministro da Justiça nos Governos presididos pelo gener
Cardoso, António Granjo, Álvaro de Castro, coronel Libe
Pinto, Bernardino Machado e Ginestal Machado.

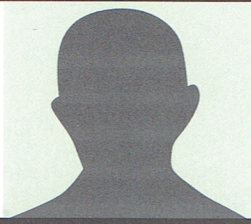
Nos seus mandatos, regulamentou a autonomia administr
dos Serviços Prisionais e dos Serviços de Protecção a Men
fundou e instalou as Escolas de Reforma de Izeda (Bragan
de S. Fiel (Castelo Branco) e aprovou o Regulamento dos S
ços de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Io
ficação do Porto.

Publicou o modelo de boletim de registo de condenado
Cadeia Nacional de Lisboa e restabeleceu o Conselho Dis
nar dos Oficiais de Justiça. Procedeu à reorganização do M
tério da Justiça e restabeleceu o Tribunal do Comércio do

RAMOS PRETO

8 DE MARÇO DE 1920 | 26 DE JUNHO DE 1920

José Ramos Preto nasceu no Louriçal do Campo em 1871 e morreu na mesma localidade a 7 de Janeiro de 1949. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Exerceu advocacia. Foi Ministro do Interior Interino (1920). Sobraçou a pasta da Justiça no Gabinete de António Maria Baptista, que substituiu na presidência do Governo aquando do seu falecimento súbito, a 3 de Junho.
Exerceu também os cargos de professor e reitor do liceu de Castelo Branco, senador e director do Reformatório Central de S. Fiel. Neste último exercício, desenvolveu obra de referência. Aposentou-se em 1935.
Durante o seu mandato na pasta da Justiça, regulamentou o trabalho prisional.

OLIVEIRA E CASTRO

26 DE JUNHO DE 1920 | 19 DE JULHO DE 1920

António de Oliveira e Castro nasceu em Lamego a 9 de Dezembro de 1865. Estudou Direito na Universidade de Coimbra de 1885 a 1889. Em 1919, foi eleito senador republicano por Faro. Inicialmente independente, viria a militar no Partido Evolucionista de António José de Almeida. Ocupou o cargo de Ministro da Justiça durante menos de um mês, no Verão de 1920, no Governo presidido por António Maria da Silva. Ulteriormente, viria a trabalhar como auditor fiscal em Angola.

MATOS CID

23 DE MAIO DE 1921 | 30 DE AGOSTO DE 1921

José do Vale de Matos Cid nasceu em Viseu em 1871 e morre[u] em Lisboa a 14 de Janeiro de 1945. Formou-se na Faculdade d[e] Direito da Universidade de Coimbra. Exerceu na sua terra nata[l] durante largo tempo, a advocacia e foi professor na Escola Norma[l]. Foi também advogado e professor em Lisboa.

Deputado desde a Constituinte de 1911, acompanhou politicament[e] Brito Camacho, de quem era amigo. Em 9 de Abril de 1919, foi nome[ado] do vogal extraordinário do Supremo Tribunal Administrativo.

Em 1921, assumiu a pasta da Justiça no Governo presidido p[or] Tomé de Barros Queirós. Por várias vezes, foi convidado pa[ra] bastonário da Ordem dos Advogados, cargo que recusou.

LELLO PORTELA

30 DE AGOSTO DE 1921 | 19 DE OUTUBRO DE 1921

Raul Lello Portela nasceu em Fontes, Santa Marta de Penagui[ão] a 4 de Setembro de 1888 e faleceu na mesma localidade em 19[..]. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Advoga[do], deputado em várias legislaturas, foi líder do Partido Nacionali[sta]. Foi Ministro da Justiça no Gabinete formado por António Gra[njo]. Afastou-se da vida política para se dedicar ao comércio e à ind[ús]tria, tanto na Metrópole como nas Colónias. Elaborou vário[s] importantes estudos económicos e financeiros.

Durante o seu mandato, Lello Portela reuniu todos os conselhos [dis]ciplinares do Ministério da Justiça no Conselho Superior Judicia[l].

GUEDES DE VASCONCELOS

19 DE OUTUBRO DE 1921 | 22 DE OUTUBRO DE 1921
5 DE DEZEMBRO DE 1921 | 16 DE DEZEMBRO DE 1921

Vasco Guedes de Vasconcelos nasceu em Lamego a 1 de Junho de 1880 e faleceu em Lisboa a 22 de Dezembro de 1950. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, fez carreira como advogado. Representou o Banco Industrial Português em S. Tomé. Militou nas fileiras do Partido Evolucionista e do Partido Popular. Entre 1919-1922, foi deputado eleito por Lamego.
Foi titular da pasta das Colónias de 26 de Junho a 19 de Julho de 1920, no Governo de António Maria da Silva. Nomeado Ministro da Justiça do Governo de Manuel Maria Coelho, não chega a tomar posse. Veio a exercer funções no Governo de Maia Pinto. No seu mandato, Vasco Guedes de Vasconcelos confirmou a cedência do Paço Episcopal de Portalegre à Câmara Municipal local, para funcionamento das repartições públicas, e extinguiu o Depósito Penal da Figueira da Foz, que fora criado em 1913.

ANTÓNIO ALMEIDA AREZ

22 DE OUTUBRO DE 1921 | 5 DE NOVEMBRO DE 1921

António Augusto de Almeida Arez nasceu em Nova Goa a 30 de Junho de 1868 e faleceu em Lisboa a 23 de Julho de 1942. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, tendo feito carreira como magistrado em Macau. Juiz do Supremo Tribunal de Justiça Militar, auditor geral do Corpo Expedicionário Português em França, desembargador da Relação de Luanda, presidente da Relação de Moçambique, foi desembargador da Relação de Lisboa e juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (1923). Desempenhou ainda funções de vogal do Conselho Superior Judiciário. Militou no Partido Radical, no Partido Reconstituinte e, já durante a ditadura, na Aliança Republicano-Socialista. Entre 1915-1917, foi senador da República. Vice-presidente da Comissão Central da Lei de Separação do Estado das Igrejas.
Sobraçou a pasta da Justiça em 1921, no Governo presidido por Manuel Maria Coelho.

ABRANCHES FERRÃO

16 DE DEZEMBRO DE 1921 | 6 DE FEVEREIRO DE 1922
7 DE DEZEMBRO DE 1922 | 15 DE NOVEMBRO DE 1923

António de Abranches Ferrão nasceu em Seia a 25 de Ago
1883 e morreu em Lisboa a 23 de Abril de 1932. Fez os seu
dos no Colégio de S. Fiel e formou-se em Direito na Univ
de de Coimbra, em 1907. Fez parte dos activistas da
Académica de 1907. Professor de Direito, deputado e m
Em 1913, concorreu a uma vaga de professor da Facul
Direito de Lisboa. Sucedeu a Afonso Costa como directo
Faculdade.

No decurso da I Guerra Mundial, presidiu à Intendência d
dos Inimigos, lugar de que foi afastado na ditadura de
Pais, voltando a ocupá-lo após a vitória de Monsanto.

Em 1921 foi, pela primeira vez, Ministro da Justiça, no G
chefiado por Francisco da Cunha Leal. Voltaria a sob
mesma pasta num dos ministérios de António Maria da S
1925, foi Ministro da Instrução Pública. Foi eleito deput
Gouveia, sem qualquer filiação partidária.

Durante os seus mandatos, Abranches Ferrão determino
pilação do Direito Internacional Privado, exigiu a observ
depósito de obras jurídicas impressas na Biblioteca do M
da Justiça, actualizou a legislação relativa aos Cofres do
trados e dos Oficiais de Justiça, nomeou uma comissão c
a estudar a reforma dos Serviços Prisionais, de Identifica
Registo Criminal. Reformou a orgânica do Ministério d
e dispôs sobre a autonomização do Registo Comercial e
bra, Braga e Funchal. Preparou o estatuto da Ordem d
gados, retomado durante a ditadura militar por
Rodrigues Júnior.

VASCO BORGES

7 DE FEVEREIRO DE 1922 | 22 DE FEVEREIRO DE 1922 INTERINO

Vasco Borges nasceu em Lisboa a 23 de Setembro de 1882 e faleceu a 19 de Novembro de 1942. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi advogado, juiz, deputado e ministro. Ministro dos Negócios Estrangeiros Interino e Ministro da Instrução Pública no Governo de António Maria Baptista (1920). Ministro da Justiça Interino, Ministro do Comércio e Comunicações Interino, e Ministro do Trabalho no Governo de António Maria da Silva (1922). Ministro do Comércio e Comunicações, Ministro do Trabalho Interino, no segundo Governo formado por António Maria da Silva em 1922. Ministro dos Negócios Estrangeiros do Gabinete de Domingos Pereira Leite (1925), cargo que manteve no último Governo republicano presidido por António Maria da Silva (1925-1926).

Em 12 de Dezembro de 1934, através da Emissora Nacional, apresentou os motivos da sua adesão à ditadura. Em 1936, foi nomeado juiz do Tribunal das Execuções Fiscais. Desembargador da Relação do Porto (1938) e da Relação de Lisboa, ascendeu ao Supremo Tribunal de Justiça (1940).

DOMINGUES DOS SANTOS

18 DE DEZEMBRO DE 1923 | 6 DE JULHO DE 1924

José Domingues dos Santos nasceu em Lavra (Matosinhos) a 8 de Maio de 1885 e faleceu no Porto a 17 de Agosto de 195 Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra (1911). Advo gado, professor, jornalista e político. Sendo professor do Institu Superior Comercial do Porto, foi preso por ordem de Paiv Couceiro durante a "Monarquia do Norte". Governador civil do Porto (1919), foi deputado em três legislaturas consecutivas, de 1918 a 1922, de 1922 a 1924 e de 1924 a 1926. Fez parte de diferente ministérios, sobraçando as pastas do Trabalho (1920; 1921), da Agricultura (1920), do Comércio (1920), da Justiça (1923-192 e, interinamente, da Justiça e da Guerra, do Interior (192 Ocupou também a Presidência do Ministério (1924-1925).

Domingues dos Santos chefiou a Esquerda Democrática, saí de uma cisão do partido republicano. Após o 28 de Maio, comb teu a ditadura e exilou-se em Espanha, passando depois a Par Durante o seu mandato na pasta da Justiça, determinou a red ção do quadro da Relação de Coimbra e a extinção de 50 comarc Autorizou a aceitação do legado do conselheiro José da Cun Navarro Paiva que está na origem da instituição de menores co o nome daquele jurista. A Escola Agrícola de Reforma de Ize passou a reger-se pelo regulamento da Colónia Agrícola Corr cional de Vila Fernando. Aprovou o modelo e o regulamento Cédula Pessoal. Publicou o regulamento para a instrução e ju mento do contencioso administrativo nos tribunais comuns.

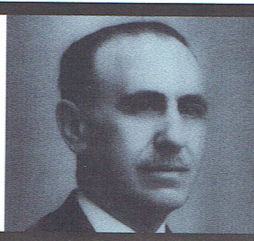
PEREIRA DE CASTRO

22 DE NOVEMBRO DE 1924 | 15 DE FEVEREIRO DE 1925

Pedro Augusto Pereira de Castro nasceu em 1867. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Aderiu à República, tendo sido chamado por Afonso Costa a colaborar na reforma dos serviços tutelares de menores. Instalou e presidiu à Tutoria Central da Infância e Refúgio Anexo de Lisboa, actividade que testemunhou em congressos internacionais e em relatórios.

Governador civil do Porto em 1920 e deputado de 1922 a 1925. Ministro da Justiça no Governo de José Domingues dos Santos (1924-1925). Especialista em justiça e menores, redigiu e editou relatórios da especialidade e representou o Ministério da Justiça em congressos internacionais. Ascendeu ao Supremo Tribunal de Justiça em 1929.

Pereira de Castro foi responsável pela actualização do modelo de Bilhete de Identidade e determinou a criação da Caixa de Aposentações dos Oficiais de Justiça.

OLIVEIRA COUTINHO

15 DE FEVEREIRO DE 1925 | 1 DE JULHO DE 1925

Adolfo Augusto de Oliveira Coutinho nasceu em Macieira de Cambra a 25 de Janeiro de 1875 e faleceu na mesma localidade a 7 de Janeiro de 1950. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, fez carreira na magistratura, tendo ascendido à Relação de Lisboa e, em 1938, ao Supremo Tribunal de Justiça.

Foi governador civil de Lisboa (1920). Membro do Partido Republicano, entre 1920 e 1925 foi deputado pela Covilhã. Ministro da Justiça no Governo presidido por Vitorino Guimarães (1925).

Publicou o regimento da Comissão Instaladora da Tutoria Central da Infância da Comarca de Coimbra, organizou e regulamentou os Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores, dispôs sobre a autonomia administrativa das cadeias civis centrais de Lisboa e alterou o mapa judiciário.

ALVES MONTEIRO

1 DE JULHO DE 1925 | 1 DE AGOSTO DE 1925
1 DE AGOSTO DE 1925 | 17 DE DEZEMBRO DE 1925

Augusto Casimiro Alves Monteiro nasceu em Peso da Régua a 28 de Março de 1861 e faleceu em Barcelos a 30 de Outubro de 1958. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, fez carreira na magistratura. Em 1919, ascendeu ao Supremo Tribunal Administrativo.

Oriundo do Partido Regenerador, aderiu ao Partido Democrático. Foi deputado no final da Monarquia e novamente entre 1915-1925. Ministro da Justiça no Governo de António Maria da Silva, exer ceu as mesmas funções no Governo de Domingos Leite Pereira

ORGANIZAÇÃO, DIRECÇÃO,
DIGITALIZAÇÃO DE LEGISLAÇÃO E ICONOGRAFIA
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA

PESQUISA HISTÓRICA DE BASE
DIVISÃO DE ARQUIVO E PATRIMÓNIO HISTÓRICO
DA SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
(DR. ANTÓNIO NUNES)

EXPOSIÇÃO
DESIGN
HENRIQUE CAYATTE DESIGN
COM A COLABORAÇÃO DE SUSANA CRUZ E PEDRO GONÇALVES

PROJECTO DE ARQUITECTURA
ARQUITECTA DANIELA ERMANO
ARQUITECTO JOÃO CARRASCO

REVISÃO DE TEXTOS
ANTÓNIO MASSANO

PRÉ-IMPRESSÃO
CRITÉRIO - PRODUÇÃO GRÁFICA, LDA.

MONTAGEM DE ILUMINAÇÃO
EUROSTAND

IMPRESSÃO
DIGIPAINEL

PROJECTO DE ILUMINAÇÃO
A FUNDIÇÃO

MONTAGEM DE FILMES DA EXPOSIÇÃO
DUVIDEO

CATÁLOGO
DESIGN
HENRIQUE CAYATTE DESIGN
COM A COLABORAÇÃO DE SUSANA CRUZ E PEDRO GONÇALVES

REVISÃO DE TEXTOS
ANTÓNIO MASSANO

IMPRESSÃO
CRITÉRIO - PRODUÇÃO GRÁFICA, LDA.

ISBN
978-972-99122-6-9

AGRADECEMOS A COLABORAÇÃO DE
COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES
DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA
ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR
E BIBLIOTECA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA
CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS
CINEMATECA PORTUGUESA - MUSEU DO CINEMA
ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO
INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO
FUNDAÇÃO MARIA ISABEL GUERRA JUNQUEIRO
E LUÍS PINTO MESQUITA DE CARVALHO
DIRECÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BARCELOS

PROFESSOR DR. LUÍS BIGOTTE CHORÃO
JUIZ DESEMBARGADOR LUÍS MARIA VAZ DAS NEVES
JUIZ DESEMBARGADOR FERNANDO VAZ VENTURA
AFONSO COSTA DE AZEVEDO GOMES
DRA. ASSUNÇÃO JÚDICE
DRA. FERNANDA FARINHO
DRA. INÊS DIOGO COSTA
DRA. MARIA JOSÉ FIDALGO
MARINA FARIA SAN-BENTO
DRA. SARA MOREIRA
DR. SILVESTRE LACERDA